

Em resposta à consulta pública da Prefeitura de Belo Horizonte, Edital 001/2022, Processo Administrativo 01-050.360/22-02, Fundação de Parques Municipais e Zoológica para gestão, reforma, requalificação, manutenção e demais serviços associados do Jardim Zoológico, exposição Zoo-botânica, Aquário e Parque Ecológico da Pampulha (Publicado no dia 20 de agosto de 202 no Diário Oficial do Município), nós, professores da UFMG, apresentamos o seguinte documento, que agora desejamos divulgar a um público mais amplo:

A concepção adotada contemporaneamente por associações de zoológicos no mundo assume que tais instituições devem necessariamente sustentar-se sobre um tripé formado pela educação ambiental, pesquisa e conservação. A partir dessa base, o entretenimento e lazer ligados à exibição da coleção de animais surge como uma função social necessariamente subordinada ao tripé fundador. Afinado a essa concepção, o Jardim Zoológico de Belo Horizonte (JZBH) define sua missão de “assegurar o bem-estar dos animais que estão sob os nossos cuidados, fornecendo subsídios para ações educativas, de pesquisa e de conservação da fauna” (Anexo 10, Plano de Coleção).

O edital 001/2002 trata da concessão do Jardim Zoológico, assim como dos equipamentos Jardim Botânico, Parque Francisco Lins do Rêgo, ou Parque Ecológico da Pampulha e Aquário do Rio São Francisco (fundados, respectivamente, em 25 de janeiro de 1959; 05 de junho de 1991; 21 de maio de 2004; e 05 de março de 2010). Esse documento refere-se especialmente ao JZBH, sem deixar de levar em conta também o Jardim Botânico e o Aquário. Sua concessão, tal como proposta na minuta do contrato e anexos disponibilizados pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), transformaria o entretenimento em sua atividade prioritária, com prejuízo das atividades cruciais de educação ambiental, pesquisa e conservação da fauna e flora. A continuidade desse processo ameaçará irreversivelmente a vocação e a função social dessas instituições. Por isso, solicitamos o cancelamento do edital e sua reformulação.

A história do JZBH é um exemplo dos rumos dos zoológicos contemporâneos. Inaugurado em 25 de janeiro de 1959, sintonizava-se com os ideais de progresso e modernização de Belo Horizonte desde a criação do conjunto arquitetônico da Pampulha, que passou a compor. A cidade vivia um vertiginoso aumento populacional,

atividades econômicas e serviços se diversificavam. O novo zoológico integrava a expectativa de espaços de entretenimento de uma urbe moderna, assim como o ideal de “cidade jardim”, oferecendo um privilegiado espaço verde aos visitantes.

Com o passar das décadas, os profissionais ligados a essa instituição conferiram-lhe novos significados, transformando-a profundamente. Entre 1991 e 2017, a lei 5.904 de 5 de junho de 1991 criou a Fundação Zoo-Botânica (FZB) de Belo Horizonte, subordinada à Secretaria de Meio Ambiente. A preocupação com o bem-estar dos animais, o desenvolvimento de atividades educacionais para os visitantes (com destaque para alunos das escolas públicas), o estabelecimento de parcerias com instituições científicas (tais como a Escola de Veterinária da UFMG) e com vários programas nacionais e mundiais de conservação trouxeram nova dinâmica à instituição. Além das equipes de veterinários, biólogos, educadores, e técnicos aprovados em concursos públicos, a atuação de um Conselho Curador deu à FZB as condições de almejar e investir na busca dos mais altos padrões projetados para os zoológicos mundiais.

Essa situação mudou significativamente após o Decreto 16.684, de 2017. A FZB foi fundida na Fundação Municipal de Parques e Zoológicos, junto com 75 parques, cemitérios e centros de vivência agroecológica. O Conselho Curador foi extinto. Também nesse novo contexto, o poder municipal vinha apoiando essa instituição em prol do interesse público, apostando na educação ambiental dos cidadãos e em projetos de conservação, favorecendo ainda a produção de conhecimento científico.

Esta brevíssima história do JZBH evidencia o seu dinamismo, assim como sua relevância para a história da cidade de Belo Horizonte e na vida de seus habitantes. A vocação do zoológico não existiu desde a fundação, mas foi ousadamente construída com grandes esforços e formação de competências. Nesse contexto, é essencial avaliar o impacto possível decorrente da concessão tal como proposta pelo Edital 001/2022.

Os documentos que compõem a consulta pública abordam questões de bem-estar animal e planejamento da coleção. Entretanto, delineiam uma comercialização inadequada dessa instituição, afrontando interesses públicos fundamentais, a saber, a formação ambiental de cidadãos, o oferecimento de oportunidades de lazer acessíveis a pessoas de baixa renda, o estímulo à pesquisa e ações de conservação da fauna e flora. Esse fato desperta preocupação em todos que conhecem bem a complexidade da missão do JZBH.

Um dos principais problemas fundamentais encontra-se no Documento Referencial do Edital. A qualificação técnica exigida ao licitante é “de empreendimento turístico, comercial ou de lazer, tais como parques turísticos ou ambientais, arenas, estádios, hotéis, aeroportos, rodoviárias e shoppings” (11.1.3, p. 12). Esse ponto explicita quão equivocada e potencialmente danosa é a proposta de concessão dos Jardins Zoológico, Botânico e do Aquário. Instaura, ainda, o equívoco de tratar instituições voltadas para o bem público como entretenimentos equivalentes a estádios e shopping centers. Toda a proposta de concessão encontra-se comprometida por esse erro de origem sobre a vocação das instituições citadas. Adicionalmente, alguns pontos merecem menção:

- As “Diretrizes para a educação ambiental” (anexo 13) preveem, entre outros pontos, atividades pedagógicas e quadro de profissionais a elas vinculados. Entretanto, é significativo que as escolas públicas de ensino médio e fundamental não sejam mencionadas nenhuma vez. Entre 2016 e abril de 2019, 7% dos visitantes estiveram isentos de entradas (“Plano de negócio referencial”, anexo 9, p. 5). Entre os beneficiados, havia menores de 4 e maiores de 60 anos de idade. Entretanto, a maioria dos isentos visitou o zoo entre terças e sextas feiras, dias em que escolas públicas organizam excursões educativas, o que demonstra a importância desse público.
- Além de omitir a manutenção da entrada livre de estudantes da rede pública – o que leva a crer que não será mantida tal como é hoje - o “Plano de negócios referencial” prospecta novos valores das entradas do Zoológico, Aquário e Jardim Botânico (respectivamente R\$50, R\$30 e R\$20, totalizando R\$100). Atualmente, o ingresso inteiro para essas atrações custa um total de R\$14,65 (5,85 para os jardins zoológico e botânico e 8,80 para o Aquário). Num domingo esse valor sobe para R\$20,60. O acesso a essas atrações será, portanto, vertiginosamente elitizado. Isso seria lamentável pois, ao longo das décadas, essa instituição municipal tem sido um destino de lazer importante para famílias de baixa renda.
- É nebuloso a destinação da equipe atual de veterinários, biólogos, educadores e botânicos. Eles têm larga experiência desenvolvida ao longo de décadas de dedicação, compromisso e competências específicas para lidar com os animais e

plantas. O perigo da perda desse capital humano coloca em risco o cuidado devido e o bem-estar dos animais que integram a coleção.

- Embora a minuta do contrato preveja a continuidade dos projetos de conservação sem curso, em parcerias com outras instituições, não há evidências concretas de comprometimento com a conservação, despertando o temor de que as atividades dificilmente ultrapassariam o mero apelo do *marketing*.
- A pesquisa, último tripé essencial aqui mencionado, mas não menos importante, também tem futuro incerto no zoológico sob a responsabilidade da concessionária. Atualmente, a Escola de Veterinária da UFMG e outras instituições parceiras têm no zoológico um campo importantíssimo de investigação. Dessa interação surgiram artigos científicos, dissertações e teses sobre da saúde animal e questões sanitárias extremamente importantes também para os seres humanos. Para darmos apenas um exemplo, metade dos trabalhos científicos disponíveis no mundo sobre leishmaniose nos primatas neotropicais foi produzida a partir de pesquisas realizadas no JZBH. Frente ao vigor das atividades de pesquisa geradas no Zoo, não há garantias da manutenção da abertura, transparência, independência e liberdade hoje oferecidas aos pesquisadores.

Os signatários deste documento defendem a suspensão do processo de concessão dos Jardins Zoológico, Botânico e do Aquário. Qualquer proposta de concessão deve considerar prioritariamente o atendimento do interesse público, que certamente implica na manutenção das atividades dos Jardins Zoológico e Botânico como instituições ativas na produção de conhecimento, educação ambiental, conservação da fauna e flora.

O aprofundamento do diálogo entre a FPMZB e a competente e experiente equipe de funcionários do zoológico afigura-se como o único caminho para elaboração de estratégias de parcerias promissoras com a iniciativa privada. Só assim serão abertas possibilidades de ganhos para a instituição, ao mesmo tempo em que se preserve e fortaleça as conquistas duramente obtidas em 63 anos de história, e a vocação dos Jardins Zoológico e Botânico e o Aquário de Belo Horizonte.

Pesquisa, educação ambiental e conservação são o tripé fundamental sobre o qual, e somente assim, a visitação pública de coleção de animais silvestres se torna relevante como prática ética e formadora de cidadãos ambientalmente conscientes.

Sem isso, ela remete a um modelo inaceitável e ultrapassado de zoológico segundo os padrões éticos atuais de nossa civilização.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022,

Regina Horta Duarte, Professora da Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

Renato de Lima Santos, Professor da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais.

Marcelo Carvalho, Professor da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais.

Érica Azevedo Costa, Professora da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais.

Fabíola Paes Leme, Professora da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais.

Marília Martins Melo, Professora da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais.

Rodrigo Otávio Silva, Professor da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais.